


Cadernos *IHU ideias*

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | n° 382 | vol. 23 | 2025



Povos indígenas e emergência climática: visibilidade, participação e reivindicações nas conferências climáticas da ONU

Luiz Felipe Barboza Lacerda, Carlos Machado de Freitas, Kleber Henrique da
Silva Xucuru, Suliete Gervásio Monteiro Baré e Sineia Bezerra do Vale

Cadernos

IHU ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | nº 382 | vol. 23 | 2025

**Povos indígenas e
emergência climática:
visibilidade, participação
e reivindicações nas
conferências climáticas
da ONU**

Luiz Felipe Barboza Lacerda

Carlos Machado de Freitas

Kleber Henrique da Silva Xucuru

Suliete Gervásio Monteiro Baré

Sineia Bezerra do Vale



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Cadernos IHU ideias é uma publicação digital do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz
Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XXIII – Nº 382 – V. 23 – 2025

ISSN 2448-0304 (on-line)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

Conselho editorial: Bel. Gabriel dos Anjos Vilardi; MS. Guilherme Tenher Rodrigues; Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Lucas Henrique da Luz; Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca; Dr. Ricardo de Jesus Machado.

Conselho científico: Adriano Naves de Brito (Unisinos, doutor em Filosofia); Angelica Massuquetti (Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade); Berenice Corsetti (Unisinos, doutora em Educação); Celso Cândido de Azambuja (Unisinos, doutor em Psicologia); César Sanson (UFRN, doutor em Sociologia); Gentil Corazza (UFRGS, doutor em Economia); Suzana Kilpp (Unisinos, doutora em Comunicação).

Projeto Gráfico: Ricardo de Jesus Machado

Responsável técnico: Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Observatório Luciano Mendes de Almeida (OLMA)

Revisão: Isaque Gomes Correa

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 21.
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).
ISSN 2448-0304
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil

Povos indígenas e emergência climática: visibilidade, participação e reivindicações nas conferências climáticas da ONU

Luiz Felipe Barboza Lacerda, Carlos Machado de Freitas, Kleber Henrique da Silva Xucuru, Suliete Gervásio Monteiro Baré e Sineia Bezerra do Vale

RESUMO: A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Conferência das Partes do Clima (COP), busca reverter o atual cenário das mudanças climáticas. O Brasil deseja retomar seu protagonismo climático com a celebração da COP-30 em território amazônico. Contando com um dos movimentos indígenas mais pujantes do mundo e apoiado por estudos científicos demonstrando que as terras indígenas desempenham um papel essencial na preservação do meio ambiente, resta saber como esses povos originários têm participado e podem colaborar nesses espaços globais de negociações. Para tanto, o presente texto promove uma análise de conteúdo sobre os documentos oficiais destes eventos globais e sobre os pronunciamentos do governo brasileiro nestas ocasiões, a fim de compreender quando e como os povos indígenas são referidos e o que tais citações podem revelar sobre suas visibilidades e participações nestes eventos climáticos. Os resultados apontam para as estratégias autônomas do movimento indígena na conquista de maior visibilidade e representatividade nas Conferências do Clima, a revelia das invisibilidades produzidas por governantes e líderes globais, ao se aliarem com movimentos ambientalistas e movimentos ligados aos direitos humanos a fim de ampliar suas denúncias e reivindicações em nível global. Na medida em que promovem esse movimento mantendo a fidelidade aos seus princípios originários, promovem um choque de culturas e interesses entre as relações de poder, desestabilizando a ordem econômica e política vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Indígenas. Mudanças Climáticas. Conferência das Partes pelo Clima. Brasil.

Povos indígenas e emergência climática: visibilidade, participação e reivindicações nas conferências climáticas da ONU

Luiz Felipe Barboza Lacerda

Carlos Machado de Freitas

Kleber Henrique da Silva Xucuru

Suliete Gervásio Monteiro Baré

Sineia Bezerra do Vale

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte de uma pesquisa pós-doutoral que busca compreender a incidência do movimento indígena na construção de políticas públicas voltadas aos desastres e emergências no Brasil. Neste sentido, o artigo investiga, dentro de uma linha histórica cronológica, como o movimento indígena global e nacional vem atuando dentro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), especialmente no que se refere às Conferências das Partes pelo Clima.

Com este intuito, metodologicamente aplicou-se a análise de conteúdo sob os Acordos e documentos oficiais das 29 conferências ocorridas entre 1995 e 2024, assim como sobre os principais posicionamentos escritos e verbais do governo brasileiro nestas ocasiões, buscando mapear, classificar e analisar onde, quanto e como os povos indígenas são mencionados.

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa qualitativa e quantitativa usada para interpretar e sistematizar informações contidas em textos, imagens, vídeos ou outros tipos de dados. Seu objetivo é identificar padrões, temas e significados em um conjunto de informações, permitindo uma compreensão mais profunda do conteúdo analisado, seus cruzamentos com temas correlatos, assim como posições explicitadas por diferentes autores e atores (Bardin, 2011; França, 2008).

Como suporte para interpretação dos dados sistematizados ao longo da análise de conteúdo, partimos da perspectiva dos Estudos Culturais, pois desde sua origem promovem uma leitura crítica entre as diferentes linguagens e discursos, possibilitando uma compreensão aprofundada sobre as relações de poder que se estabelecem entre diferentes atores envolvidos, chamando especial atenção para aqueles sujeitos geralmente invisibilizados ou silenciados nestas dinâmicas. Partimos, portanto, do pressuposto que o discurso é uma ação direta na realidade e que seus conteúdos simbolizam significados de composição do mundo, “que toda prática social é interpelada pelos discursos, atravessada pelas relações de poder e pelo contexto histórico, e que os discursos mobilizados na esteira

da cultura atuam na constituição das subjetividades e identidades dos sujeitos no interior de sistemas de representações” (Silva & Carvalho, 2023, p. 35).

Evidentemente, pelo amplo recorte temporal ao qual o artigo se propõe, não é possível uma explanação detalhada sobre cada contexto histórico e conjuntura política em que tais referências aos povos originários aparecem nos documentos e discursos oficiais ao longo de todas as Conferências do Clima. Mesmo assim, a análise sobre o conjunto destas citações, sob a referência ótima dos Estudos Culturais, apoiada em autores e autoras que estudam o movimento indígena, o socioambientalismo brasileiro e o contexto climático global, nos oferece uma excelente rota de investigação para atingirmos os objetivos almejados no estudo.

Tais autores explicitam argumentos centrais para a compreensão das estratégias de agenciamento político promovidos pelo movimento indígena ao longo das últimas décadas, em escala nacional e internacional, ora aliando-se aos movimentos globais de ambientalistas e de direitos humanos, ora inovando a partir de suas próprias bases, com a demarcação de sua participação nos espaços políticos, midiáticos, entre outros (APIB, 2023; Cruz, 2015; Fazeres, 2028; Maldonado, 2018, Santilli, 2025; Silva & Carvalho, 2023; Marques Girão, 2023).

Assim, o artigo começa por uma perspectiva geral da atuação dos governos brasileiros ao longo das Conferências para o Clima da ONU, avançando sobre como se percebem a visibilidade e a participação dos povos originários nestes eventos e seus documentos oficiais, finalizando com a compreensão sobre as estratégias que o movimento indígena global, e em especial

latino-americano e brasileiro, tem desenvolvido para galgar representatividade nos espaços deliberativos sobre o clima.

Este estudo pretende promover uma melhor compreensão das estratégias de incidência de populações indígenas em temáticas climáticas, dentro de um contexto global de crise socioambiental, às vésperas da ocorrência da Conferências das Partes pelo Clima de 2025, que acontecerá pela primeira vez no Brasil e em território amazônico. Com isso, deseja auxiliar na construção de efetivas respostas à emergência que se apresenta através da efetiva valorização dos saberes tradicionais.

2 A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS CONFERÊNCIAS DAS PARTES PELO CLIMA DA ONU

O posicionamento do governo brasileiro ao longo das Conferências das Partes (COPs) sobre o Clima tem sido variado, refletindo mudanças políticas, econômicas e sociais no país, bem como evoluções no debate internacional sobre mudanças climáticas.

Nos anos iniciais (1990-2000), impulsionado pelos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), o Brasil emergiu como um importante ator no debate climático global, com especial foco na criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e no Protocolo de Kyoto. A atuação brasileira no Protocolo de Kyoto esteve orientada por quatro pontos: a) afirmar o direito ao desenvolvimento como um componente fundamental da ordem mundial; b) promover uma visão

do desenvolvimento associada com a sustentabilidade ambiental; c) promover uma posição de liderança do Brasil com o crescimento do prestígio internacional; d) impedir que o uso das florestas seja objeto de regulação internacional para evitar questionamentos às políticas internas voltadas a Amazônia (Viola, 2002).

Com a ineficiência em atingir os resultados esperados no Protocolo de Kyoto, por negligência dos países que mais poluem, inclusive com abandono dos Estados Unidos deste Acordo em 2001, na década seguinte (2000-2010) o Brasil se tornou um defensor ativo do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que busca recompensar países em desenvolvimento pela conservação de suas florestas. Este programa ainda hoje recebe duras críticas de movimentos sociais, comunidades tradicionais e organizações ambientalistas, que denunciam nele o início de um movimento global de financeirização da Natureza (Viola, 2002).

Em 2015, na 21ª Conferência das Partes (COP-21), acontece um dos pontos mais célebres destes encontros globais, onde países e organismos internacionais, pressionados pela ineficiência dos acordos anteriores, cunham o Acordo de Paris com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima. O Acordo de Paris foi aprovado por 195 países e buscou limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, até 2030.

O Brasil desempenhou um papel importante na negociação do Acordo, comprometendo-se a reduzir suas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) em 37% até 2025, aumentando o uso de bioenergia sustentável para aproximadamente 18%, restaurando e reflorestan-

do 12 milhões de hectares de florestas, bem como elevando para 45% as energias renováveis na composição da matriz energética (Talanoa, 2023).

Contudo, o primeiro Balanço Global do Acordo de Paris realizado na COP-28, em Dubai (2023), infelizmente destaca que o mundo está longe e em ritmo lento frente aos prazos das mudanças estruturais que devem acontecer para que não sejam alcançados os índices anteriormente destacados de aumento na temperatura global (WRI Brasil, 2023).

No caso brasileiro um dos documentos que embasaram o Balanço Global foi o estudo denominado Relatório “Competências Estaduais e Municipais para Criação e Execução de Políticas Públicas sobre Mudança do Clima” que apresentou um panorama atual de como estados brasileiros estão tratando a questão das mudanças climáticas. O questionário foi respondido por 13 entes federativos (Estados)¹, concluindo que a maioria possui algum plano relativo a ações de governança como Unidades de Conservação (86%), reflorestamento de áreas degradadas (80%) e de governança climática (73%). Contudo, o estudo conclui que sobre esta regulamentação já estabelecida há uma evidente insuficiência de recursos já captados no orçamento público para suas realizações (Brasil, 2020, WRI Brasil, 2023).

A situação se torna ainda mais delicada quando são avaliadas as realidades dos municípios. Um estudo produzido pela Confederação Nacional dos Municípios denominado Emergência Climática obteve retorno de 3.590 das 5.570 prefeituras existentes. Cerca de 1 Pará, Acre, Sergipe, Maranhão, Paraíba, Minas Gerais, Amazonas, Pernambuco, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo.

70% informaram não estarem preparadas para eventos climáticos extremos e apenas 23 possuem um Plano atualizado de Ação Climática (Conferência Nacional dos Municípios, 2024).

Desta forma, evidencia-se que, apesar da existência de planos, projetos e políticas públicas, na prática tais iniciativas ainda encontram dificuldades de implementações eficientes.

Neste cenário é emblemático o caso de São Paulo que criou sua política municipal de Mudanças Climáticas em 2009, apontando que a maior cidade do país deveria reduzir, até 2012, 30% das emissões GEE em relação ao que foi jogado na atmosfera paulistana em 2005. Na prática, o que ocorreu foi um aumento de 9% no período (Brasil, 2020).

De modo geral, este caso específico ilustra uma tendência nacional de atraso ou incumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC)² pelos entes federados (Brasil, 2020).

Além disso, vale ressaltar que o país tem enfrentado desafios internos importantes em relação à sua agenda climática. Com a ascensão de um governo de extrema-direita em 2018, apoiado no negacionismo climático, na flexibilização da fiscalização ambiental, na perseguição aos povos indígenas; em total sintonia com os interesses de setores vinculados ao agronegócio; houve efetiva regressão em todos os indicadores sobre a preservação da biodiversidade, com expoente aumento no desmatamento e no assassinato de defensores socioambientais (Olma, 2023).

2 Metas que cada país assume para medidas de adaptação e mitigação climática.

Aliás, foi sob o governo Bolsonaro, na 27ª COP no Egito (2022), que o Brasil se posicionou como um dos protagonistas para a regularização do mercado de carbono, pauta severamente criticada pelos movimentos sociais, organizações ambientalistas e lideranças indígenas por ampliar o processo de mercantilização da Natureza e gerar uma espécie de permissão compensatória para que países do norte global sigam poluindo em níveis extremos.

Grande parte da movimentação em torno da precificação de carbono no Brasil se dá a partir do setor privado, majoritariamente nas discussões e eventos promovidos pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a partir do Banco Mundial. No período analisado, o debate deu-se de maneira claramente desvinculada das discussões sobre a política climática nacional, restrito aos grupos favoráveis a instrumentos econômicos, de forma pouco democrática, não envolvendo um processo de escuta e participação social ampla durante a formulação da proposta (Gonçalves, Vecchia & Godward, 2022, p. 115).

Por sua vez, com a retomada de um governo progressista-desenvolvimentista ao poder executivo nacional, com o terceiro mandato de Lula da Silva em 2023, percebem-se esforços para que o Brasil volte a protagonizar positivamente a agenda climática global. Sinais disso são a reposição da importante liderança política ambientalista Marina Silva ao Ministério do Meio Ambiente e pela primeira vez a ascensão à presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) de uma pessoa indígena (Joênia Wapixana), órgão que historicamente esteve sob poder dos militares, mesmo após o fim da ditadura. Exemplo também

é a criação do inédito Ministério dos Povos Indígenas, também sob o comando de uma liderança dos povos originários (Sônia Guajajara).

O Brasil chegou à COP-28 nos Emirados Árabes Unidos em 2023 buscando retomar seu protagonismo nas negociações climáticas. A pressão dos grupos ambientalistas era para a aprovação de um acordo global de eliminação progressiva dos combustíveis fósseis até 2050. Contudo, o foco do governo esteve na regulamentação do Fundo de Perdas e Danos, com estimativa inicial de 200 milhões de dólares. O Fundo tem sido uma reivindicação dos países do sul global, desde a COP de Paris, buscando uma linha de ação interligada com as perspectivas da justiça climática na correlação entre os países do norte que mais poluem e os do sul que mais sofrem os impactos da poluição (Lucca, 2023).

Apesar desta importante mudança de postura entre 2018 e 2023, inclusive garantindo a realização da COP-30 (2025) em Belém, na Amazônia brasileira, a opinião pública nacional e internacional recebeu com desconfiança a adesão do Brasil à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP+), o maior cartel de países petroleiros do mundo. Somado a isto, no dia anterior ao encerramento da COP em Dubai, a Agência Nacional de Petróleo realizou o leilão de 603 blocos de exploração de petróleo e gás, incluindo áreas da Amazônia. Soma-se o fato de o país ainda encontrar problemas severos no combate à grilagem e à mineração ilegal, eclodindo em casos de emergência humanitária extrema em contextos indígenas, como o do povo Yanomami (Lucca, 2023).

Além destas evidentes contradições do Poder Executivo que, por um lado, acena ao movimento indígena e ambientalista com as inovações anteriormente citadas e que, por outro lado, mão acena para o sistema petroleiro, no universo jurídico também persiste uma crise estruturante no tocante a homologação das terras indígenas.

Apesar do Relatório do Painel Intergovernamental pelo Clima (IPCC) ressaltar que as Terras Indígenas, somadas às unidades de conservação, abrigam 80% da biodiversidade do mundo e capturam 17% de todo carbono do planeta, e que as taxas de desmatamento são 11 vezes menores em florestas com forte reconhecimento legal e proteção governamental; e apesar do Supremo Tribunal Federal (STF) ter julgado inconstitucional o Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, de repercussão geral (Tese do Marco Temporal) que defende a homologação das terras indígenas apenas aos povos que comprovarem viver nas suas terras em 8 outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal; o Congresso Nacional dominado pela Frente Parlamentar Agropecuária, com fraca oposição do governo federal, aprovou a lei 14.701/2023, que coloca em vigor a referida tese em todo o Brasil. Tal ação fez com que o STF reabrisse o processo constituindo uma Câmara Técnica de Conciliação extremamente controversa e questionada por grande parte das lideranças indígenas (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022; Stevens *et al.*, 2022).

Este é um caso emblemático de como a nação vem tratando os povos originários atualizando práticas colonialistas de opressão e invisibilidade, assim como

das próprias contradições brasileiras na preservação do clima (Business & Human Rights Resource Centre, 2022).

De modo geral, portanto, o posicionamento do Brasil ao longo das Conferências do Clima está alicerçado nas típicas perspectivas estratégicas de grandes países em desenvolvimento do Sul Global, não negando a centralidade da pauta ambiental e a crescente incidência de movimentos ambientalistas e indígenas sobre a arena política, contudo não abdicando de uma matriz energética com fortes impactos socioambientais e de uma matriz econômica de cunho extrativista e amparada no monocultivo. Evidentemente, esta equação gera como resultados inúmeros conflitos econômicos, políticos e socioambientais fazendo que as efetivas resoluções às mudanças climáticas avancem de maneira lenta ou mesmo retrocedam (Stevens *et al.*, 2022; Gonçalves, Vecchia & Godward, 2022).

3 PRESENÇA, PARTICIPAÇÃO E VISIBILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS NOS DOCUMENTOS DAS COPS E NOS POSICIONAMENTOS OFICIAIS DO GOVERNO BRASILEIRO

Os documentos que levam as propostas de cada país às COPs geralmente não são públicos em sua íntegra. Desta forma, para compilação desta seção procedemos com uma análise de conteúdo sobre as declarações de autoridades brasileiras e os documentos oficiais das Conferências do Clima disponíveis nos *sites* da Organização das Nações Unidas (ONU) e do governo brasileiro (Caregnato & Mutti, 2006).

Nas dez primeiras Conferências, COP-1 de Berlim em 1995 e COP-10 na Argentina em 2004, não existem registros específicos sobre os povos indígenas. Tais encontros dedicaram-se à implementação de mecanismos centrais do acordo que se formou na COP-3, em Kyoto³ (Viola, 2002).

Apenas na COP-15 (2009, Dinamarca) é que se percebe uma mudança na participação dos povos originários nos espaços globais de diálogo sobre o c. Este evento representa o início das atividades do Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre a Mudança Climática (IIPFC), articulação paralela e autônoma das organizações da sociedade civil responsável por mobilizar as forças indígenas nas COPs.

Apesar deste importante avanço, ao analisarmos o Acordo de Copenhague⁴ encontramos apenas uma citação referente aos povos indígenas, afirmando que eles “devem ser parte integrante dos grupos de trabalho que desta conferência derivam” (ONU, 2009, p. 3). Frente a estas ausências nos documentos oficiais, para os fins desta pesquisa avaliamos o discurso do presidente Lula na referida Conferência e nele também não encontramos menção aos povos originários (Instituto Lula, 2020).

A COP-16 no México, em 2010, foi praticamente o sepultamento do Protocolo de Kyoto fazendo com que na COP-17, na África do Sul (2011), as Partes comesçassem as discussões para um novo acordo vinculativo com o principal objetivo de redução de emissões de GEE. Na ocasião, o discurso da ministra do Meio Ambiente Izabelle Teixeira enfatizou que o Brasil se-3 Protocolo de Kyoto (2005). Primeiro acordo global para a diminuição dos Gases de Efeito Estufa (GEE).

4 Disponível em: <https://unfccc.int/documents/6103#beg>.

guia comprometido com as metas assumidas frente ao Protocolo de Kyoto, ressaltou a aprovação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, Programas de Prevenção e Combate do Desmatamento na Amazônia e Cerrado, a implementação do Sistema Nacional de Alerta e Prevenção de Desastres Naturais, destacou o papel do Fundo Clima e do Fundo Amazônia e a consolidação de dez anos de trabalho do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Contudo, não há nenhuma menção aos povos indígenas em seu pronunciamento (Instituto Ipê, 2012).

Nossa análise dos documentos oficiais destes planos e programas nacionais mencionados pela ministra revela a também inexistência de referências aos povos originários (Câmara, Aguiar, 2018; Pereira, Ribeiro, 2016).

O destaque de exceção fica por conta dos Programas de Prevenção e Combate do Desmatamento na Amazônia e Cerrado, que traz inúmeras referências aos povos originários. Esta exceção é justificada por diferentes autores como consequência do método participativo de escutas territoriais que os entes federados conseguiram imprimir na construção metodológica deste programa, colhendo contribuições significativas dos povos e comunidades locais. Deve-se ressaltar que o movimento indígena brasileiro, neste período, se encontrava internamente fortalecido e com boas alianças dentro do governo federal, impulsionadas, em grande parte, pelo processo preparatório que culminou na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) instituída pelo Decreto nº 7.747/2012 (Câmara & Aguiar, 2018; Pereira, Ribeiro, 2016).

Ao que tudo indica, estas metodologias participativas ganham abrangência nos métodos empregados pelo governo federal frente a diferentes agendas estratégicas e segmentos da sociedade civil no contexto de 2013. Autores atribuem esta abertura como consequente reação às manifestações que se avolumavam em junho daquele ano, iniciadas pela pauta das tarifas de transporte público e que posteriormente demonstraram ter ligação direta com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (Ribeiro & Botelho, 2013).

Esta perspectiva parece ter influenciado também o processo brasileiro de preparação para a COP-19 na Polônia (2013), onde se percebe uma mudança de postura do governo brasileiro frente aos povos originários, deixando de apenas citá-los esporadicamente e passando a organizar procedimentos de consultas deles e demais segmentos da sociedade civil. Na ocasião, a líder Joênia Wapixana (Conselho Indígena de Roraima), com outras lideranças, entregou um documento ao ministro de Relações Exteriores ressaltando que os processos de REDD+ também precisam considerar o que não é mercado, valorizando direitos como salvaguarda dentro da política do programa (Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2013).

A repercussão das mudanças de estratégia foi efetiva e não aconteceu isoladamente no Brasil. No ano seguinte na COP-20 (2014), em Lima, foram aprovadas 19 decisões que levaram os povos originários ao centro dos debates e, pela primeira vez, a Conferência contou com um Pavilhão Indígena, idealizado como espaço de articulação e incidência dos povos. A participação da delegação indígena brasileira deu-se no espaço oficial pela primeira vez (ONU, 2020; Winkel, 2013).

Mesmo não havendo referência aos povos indígenas no discurso oficial proferido em Lima pela ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, pode-se afirmar que a COP realizada no Peru marcou efetivamente a entrada destes povos nos espaços oficiais da Conferência e pela primeira vez nos documentos finais eles são sistematicamente citados, como visto a seguir:

Salientando que todas as ações destinadas a fazer face às alterações climáticas e todos os processos estabelecidos no âmbito deste acordo devem assegurar uma abordagem sensível ao gênero, ter em conta a integridade ambiental/a proteção da integridade da Mãe Terra, e respeitar os direitos humanos, o direito ao desenvolvimento e os direitos dos povos indígenas (ONU, 2020, p. 6).

A visibilidade conquistada no âmbito da COP do Peru é fruto do agenciamento estratégico do movimento indígena global que desde a consolidação do IIPFC em 2009, na Dinamarca, avançou em sua representatividade e incidência dentro da ONU, recebendo esta ocasião especial impulso dos movimentos indígenas fortalecidos dentro de boa parte dos países latino-americanos (Câmara e Aguiar, 2018).

Assim, chega-se à COP-21 em Paris, onde um novo regime climático internacional pós-Kyoto começa a se formar. Na ocasião, a presidente Dilma Rousseff destacou que a participação dos povos indígenas é fundamental para o combate às mudanças climáticas⁵. Tal destaque também se reflete na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), revisada naquele ano, onde o país salienta: (i) arranjos institucionais com participação das comunidades locais e povos indígenas, 5 Assista no YouTube o vídeo "Discurso da presidente Dilma Rousseff na abertura da COP 21". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zFVP-K41104>.

com uma perspectiva de gênero, destacando que a participação popular é assegurada pelos artigos 5º, 231º e 232º da Constituição brasileiras e salienta que o Brasil é também parte da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais (Silva, 2023).

Esta tendência é seguida pelo próprio documento oficial da Conferência, o Acordo de Paris, que cita os povos indígenas cinco vezes em suas 42 páginas e destaca no artigo 136:

Reconhece a necessidade de reforçar os conhecimentos, tecnologias, práticas e esforços das comunidades locais e povos indígenas relacionados à abordagem e resposta às mudanças climáticas, e estabelece uma Plataforma para o intercâmbio de experiências e compartilhamento de melhores práticas sobre mitigação e adaptação de forma holística e integrada (ONU, 2015, p. 8).

Portanto, a presença significativa dos povos indígenas no Acordo de Paris não surge apenas por um voluntarismo ou um convencimento dos atores globais em incorporar as vozes destes povos nos espaços de debates climáticos. Ela é fruto de um longo processo de articulação e incidência das organizações indígenas, que mesmo sendo colocados na invisibilidade política desde a Eco-92 traçam estratégias de resistências buscando serem escutados em tais espaços. Todo este trabalho gerou alguns marcos relevantes como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) de 2007, os Relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que foram trazendo mais relevância aos impactos das mudanças climáticas nestes povos ao longo de suas edições, a atuação das organizações não governa-

mentais com iniciativas como o *Indigenous Peoples' Global Summit on Climate Change* (2009), a Cúpula Global dos Povos Indígenas (2009), a Marcha Global pelo Clima (2014), além dos trabalhos já destacados do IIPFC, somando-se ao Relatório do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas da ONU (2015), que antecederam a Conferência de Paris, exercendo sobre ela significativa influência (Maldonado, 2018).

Apesar destes avanços, a Conferência das Partes pelo Clima de Paris sofreu duras críticas das lideranças indígenas presentes, que não raras vezes acusaram o evento de propagar falsas soluções climáticas e tornar-se um balcão de negociações entre governos e grandes corporações (ONU, 2015; Cruz, 2015).

No Marrocos, com a COP-22 (2016), sem menções aos povos indígenas na Proclamação de Marrakech, a participação brasileira também regrediu na pauta dos povos originários, sendo sua comitiva protagonizada pela Comissão Mista de Meio Ambiente do Congresso Nacional, dedicando-se em debater exclusivamente a implementação da NDC. Analisando os relatórios da Comissão (2016), percebemos que entre os titulares não havia nenhuma pessoa indígena e no documento final da Comissão, de 127 páginas, as comunidades indígenas são referidas cinco vezes: três delas referentes à sua importância no REED+ e no cálculo brasileiro de captura de carbono, uma vez sobre as áreas de florestas manejadas e uma vez descrita em relação ao *lobby* do agronegócio no Congresso e a necessária proteção aos povos (Congresso Nacional, 2016).

Recebendo críticas por tais ausências, no ano seguinte, de forma antecipada à COP da Alemanha (2017), a mesma comissão promoveu o seminário “Per-

cepções e Experiências dos Povos Indígenas no Contexto das Mudanças Climáticas”, reunindo lideranças de dez diferentes povos com o desejo de colher subsídios para a delegação brasileira que participaria da COP-23. Contudo, chama a atenção que, entre as 147 páginas do relatório anual de atividades da Comissão, aparecem oito referências à COP-23, sugerindo-se a realização de doze audiências públicas, e nossas análises indicam que, entre as 44 pessoas sugeridas pelos parlamentares a participarem destas audiências, não constam nomes indígenas (Congresso Nacional, 2016).

Assim, mesmo o movimento indígena global marcando efetivamente seu espaço dentro das Conferências da ONU, com expoente participação no Peru e posteriormente em Paris, percebe-se que no contexto nacional permanecem vítimas de uma invisibilidade estrutural operada pelo próprio Estado-nação em seus mais diferentes segmentos de poder.

A COP-24 na Polônia, em 2018, foi marcada pelo discurso de Greta Thunberg que denunciou a morosidade e as falsas soluções traçadas pelas Nações Unidas ao longo de 23 anos de Conferências. De alguma forma, sua posição ganhou reverberação mundial ao tornar-se porta voz de muitos movimentos sociais, inclusive indígenas, que há anos denunciavam o descaso dos governantes com as metas estipuladas.

Apesar das críticas, o evento representou também um avanço significativo para os indígenas ao aprovar as diretrizes de implementação da Plataforma para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (PPICT), que busca estabelecer, de forma inédita nos encontros

do clima da ONU, um mecanismo de participação destes povos junto às mesas de negociações dos principais atores globais (ONU, 2024).

De acordo com Nara Baré, coordenadora geral da Coordenação dos Povos Indígenas da Amazônia (COIAB): “Só de reconhecerem nossos conhecimentos tradicionais para o equilíbrio do clima é um avanço, porém não adianta só falar aqui sem fazer o trabalho de casa” (Fazeres, 2018, p. 12).

O Brasil não fez o dever de casa, como também piorou muito o cenário interno para os povos originários no ano em que se seguiu em direção a COP-25 de Madri (2019). Na ocasião, o cenário brasileiro era extremamente tenso no tocante às relações governamentais e os povos originários, visto que em seu primeiro dia à frente da presidência da República Bolsonaro retirou a responsabilidade pela demarcação dos territórios indígenas da FUNAI para o Ministério da Agricultura, com clara intenção de impedir qualquer avanço nos processos. A presença do governo brasileiro na COP-25 é marcada pela defesa do agronegócio e pelo silêncio sobre a violência nacional contra indígenas (Alessi, 2019).

Sob pressão da sociedade civil, a COP posterior realizada no Reino Unido representa o ápice simbólico da participação indígena na história das Conferências com o discurso, na abertura do evento, da jovem liderança indígena brasileira Txai Surui⁶. O impacto de sua fala foi imediato, colocando seu documento final, o Pacto Climático de Glasgow, entre os documentos que mais referências fizeram aos povos originários em toda a história das COPs até então.

6 Txai é estudante de Direito da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), trabalha no departamento jurídico da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé.

No discurso de abertura proferido na COP 26, Txai Suruí chamou a atenção para: a) o aumento da temperatura, o desaparecimento de animais, a morte dos rios e as dificuldades de plantio resultantes das alterações do clima; b) a urgente necessidade de promover agora, no presente, mudanças globais e ações efetivas frente à crise climática; c) o assassinato do indígena Ari Uru-Eu-Wau-Wau em luta pela proteção das florestas; d) a necessidade de posicionamento dos povos autóctones no centro das discussões climáticas, uma vez que estes se encontram na linha de frente dessas crises; e e) o conhecimento, a experiência e a sabedoria dos povos originários para lidar com o atual cenário climático (Silva & Carvalho, 2023, p. 166).

Uma vez mais, a aparição de uma liderança indígena brasileira na abertura oficial do maior evento climático do mundo não é fruto de um voluntarismo espontâneo dos líderes globais, pelo contrário, simboliza o reconhecimento destes atores de que suas soluções não eram mais credíveis a grande parte da sociedade e que as críticas sobre falsas soluções climáticas, negociadas a portas fechadas entre governos e empresas, haviam chegado aos níveis mais altos da Conferência. Somase a isto o fato de que a PPICT já estava em funcionamento inicial e rapidamente galgava representação nos espaços deliberativos climáticos dentro da ONU. Autores argumentam que o avanço das críticas e da própria crise climática de forma aguda naquele momento exigiu ações imediatas, mas também exigiu um repensar das estruturas sociais e culturais, com ênfase na necessidade de ampliar a diversidade de vozes nos debates sobre justiça climática (Silva & Carvalho, 2023).

Pela concepção dos Estudos Culturais, destaca-se que, na recente virada cultural, a linguagem assumiu um caráter revolucionário. Iniciando-se com um interesse amplo no papel que a linguagem desempenha na construção de significados, pois “até os fatos considerados naturais são fenômenos discursivos, uma vez que os significados não surgem de modo espontâneo, ‘das coisas em si’ ou da ‘realidade’, mas emergem de jogos de linguagem e de sistemas classificatórios relativos aos contextos em que se inserem” (Silva & Carvalho, 2023, p. 23).

No Brasil, a guerra travada pelo governo federal contra os povos indígenas potencializou a força e as estratégias de resistência do movimento. Em 2019, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em articulação com diversas organizações indígenas, ambientalistas e de direitos humanos, fortaleceu a Marcha das Mulheres Indígenas fundando a Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGAS); e o tradicional Acampamento Terra Livre (ATL) intensificou, junto às organizações afiliadas, a produção de processos jurídicos em nível municipal, estadual e nacional a fim de garantir seus direitos. Com uma impressionante apropriação dos meios digitais de comunicação por parte dos jovens indígenas, rapidamente tais denúncias locais e nacionais ganharam visibilidade internacional. Estes elementos também influenciaram na abertura de espaço aos povos originários dentro da Conferência do Clima, garantindo um maior volume de pessoas nas delegações indígenas brasileiras (Silva & Carvalho, 2023; Marques Girão, 2023).

É neste contexto de crise climática global, polarização na política nacional com forte ameaça à vida dos povos originários e grande evidência das lideranças em âmbito internacional, que a COP-27, realizada no Egito em 2022, trouxe um panorama nacional diferente. O ex-presidente Jair Bolsonaro com menos força, mas ainda no poder e no fim de seu mandato, não foi ao evento e teve sua delegação liderada pelo ministro do Meio Ambiente, apoiado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e por significativos setores do agronegócio. Na ocasião, o ministro Joaquim Leite não fez menção aos povos indígenas e lançou o programa Agenda Brasil + Sustentável, que, em seu documento de 79 páginas, cita os povos indígenas apenas duas vezes na perspectiva de ampliar sua renda agrícola até 2030 (Brasil, 2022a; Brasil, 2022b).

Paralelamente, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva foi com sua delegação, buscando resgatar o Brasil à cena do protagonismo contra as mudanças climáticas em contexto global. Em seu discurso, ele anunciou a criação do inédito Ministério dos Povos Indígenas e afirmou: “Vamos punir com rigor os responsáveis por qualquer atividade ilegal, seja garimpo, mineração, extração de madeira ou ocupação agropecuária indevida. Esses crimes afetam sobretudo os povos indígenas” (Brasil de Fato, 2022, n.p.).

Como já apontado anteriormente, o contexto nacional passou por uma significativa transformação com a ascensão de Lula pela terceira vez ao Poder Executivo. Apesar das mudanças e retomadas protagonizadas por sua gestão no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, da FUNAI e com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, sua vitória não foi capaz de reverter o

cenário de grande poder que setores conservadores da sociedade, vinculados ao agronegócio e à mineração, lograram conquistar nos últimos anos. Isto faz com que o tema climático e os temas referentes aos povos originários enfrentassem uma disputa política paralisante, onde diferentes forças atuam sistematicamente para neutralizarem as ações de seus proponentes, gerando inércia ou lentidão em políticas emergenciais de clima e de direitos humanos.

Importa destacar que neste período percebe-se o exponencial crescimento político de partidos vinculados à extrema-direita em diversos países com significativo peso nas negociações climáticas da ONU, como a França com Marine Le Pen, a Itália com a Liga Norte e Irmãos da Itália nas eleições de 2022, a Espanha com a Vox na partir de 2019 e os EUA com Trump entre 2016 e 2020.

É neste contexto que chegamos à COP-28 (2023) em Dubai nos Emirados Árabes, para os povos originários com avanços significativos em relação aos tempos iniciais desta história. Com a plataforma dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais já em funcionamento nos espaços oficiais da Conferência, os povos lograram que o Consenso de Dubai trouxesse importantes destaques aos povos originários, sendo eles citados 18 vezes ao longo de 49 páginas do documento. Nele é informado que os países ricos repassarão 2,7 bilhões de dólares diretamente aos objetivos climáticos das comunidades locais e indígenas. Por sua vez, nossas análises constataam que os discursos oficiais do presidente Lula⁷ e da ministra do Meio Ambiente

7 Assista no YouTube o vídeo “Lula discursa na abertura da COP-28”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4K7iHRVjtD0>.

Marina Silva, no início e no encerramento da COP dos Emirados Árabes, não mencionam os povos originários de forma explícita (ONU, 2023).

Em todos estes anos de participação do Brasil nas Conferências do Clima, tanto como signatário do Tratado de Kyoto como do Acordo de Paris, o país sistematicamente encaminhou relatórios oficiais à ONU descrevendo suas estratégias nacionais para a implantação dos objetivos assumidos.

Analisamos as 1.306 páginas dos relatórios de Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas (LULUCF) entregues pelo Brasil à ONU no período entre 2004 e 2021. Nestes documentos, excluindo os sumários, encontramos 29 vezes referenciadas a palavra “indígena”. A maioria das ocorrências limita-se a externar o conceito jurídico de indígenas e terras indígenas apresentando suas quantificações (Brasil, 2021a).

Também analisamos as 2.130 páginas das Comunicações Nacionais do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC-ONU), entregues no período entre 2004 e 2021, documento mais amplo que soma o anterior a todos os demais setores nacionais, buscando visibilizar as respostas do país aos compromissos assumidos em Kyoto. Nelas, encontramos, ao excluir os sumários, 180 vezes a palavra “indígenas”. Na maioria dos casos, ela aparece em relação comparativa com as unidades de conservação; na necessidade de pactuar com estes povos a implementação de projetos; nas suas vulnerabilidades frente a fenômenos climáticos extremos; na sua importância global ao ofertarem serviços ecossistêmicos ao país e ao planeta (Brasil, 2021b).

Um outro conjunto de citações refere-se a quantificações⁸ relacionadas aos benefícios recebidos por tais populações por programas do governo federal, ao tentar implementar os acordos internacionais. Entre eles, destacam-se o Programa de Manejo de Áreas Sustentáveis, o Fundo Amazônia, o Luz para Todos, o Bolsa Floresta, o REED+, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) (Brasil, 2021b; Souza; Medeiros; Bigio, 2013).

Ainda no tocante às Comunicações Nacionais do Brasil a partir de 2004 à UNFCCC, é apenas na Comunicação de 2016 que a APIB e a COIAB, as duas maiores organizações dos povos originários do Brasil, são explicitamente citadas e, mesmo assim, de forma vinculativa ao programa de REED+, projeto extremamente questionado por tais organizações por conta da perspectiva mercadológica pela qual aborda a preservação ambiental (Brasil, 2016; Prasniewski *et al.*, 2024).

A respeito do Fundo Especial para a Mudança do Clima (SCCF), segundo mecanismo destacado a partir do Protocolo de Kyoto, sua nacionalização ocorreu através do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima⁹, um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima que busca financiar projetos, estudos e empreendimentos que visem à redução de GEE. No período entre 2011 e 2023, o Fundo apoiou 69 projetos em um montante de 2,3 bilhões de reais, recebendo um

8 O Brasil possui extensão de 105.091.977 ha de terras indígenas, correspondendo a 12,3% do território nacional.

9 Lei nº 12.114/2009.

novo aporte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) de 10 bilhões a partir de setembro de 2023 (Brasil, 2024).

Lopes e Albuquerque (2023) realizaram um aprofundado estudo sobre a eficácia do Fundo Nacional sobre o Clima considerando o conteúdo de 80 documentos, com base em 21 indicadores¹⁰. O resultado revela que nenhuma dimensão apresenta atendimento satisfatório, sendo o seu principal desafio a falta de previsibilidade de recursos atrelados aos orçamentos da União. Ademais, em nossas análises dos 69 projetos apoiados ao longo destes anos pelo Fundo, descobrimos que entre as entidades beneficiadas não consta nenhuma organização indígena.

Nestes documentos entregues à ONU pelo governo brasileiro, chama a atenção uma visão tutelar e assistencialista perante os povos originários, somando-se a uma postura de interesses secundários a respeito dos benefícios econômicos que os indígenas possam trazer às métricas de conservação florestal e captura de carbono para fins de comprovação internacional.

Tal percepção se alinha aos estudos de Cruz (2015) e Lima (2020) que deflagram como o conceito de Estado-nação em voga hegemonicamente em nossas sociedades, compreendendo-o enquanto estratégia unificante e homogeneizadora da diversidade nacional, que neste caso específico, operou historicamente e ainda opera um branqueamento e uma aculturação dos povos indígenas, se apresenta enquanto obstáculo para a incidência destas populações nas políticas públicas de combate às mudanças climáticas no Brasil. O Estado-

10 Para saber mais: <https://journal.unhas.ac.id/index.php/fs/article/view/10309>.

-nação tende a priorizar aspectos econômicos que, na maior parte das vezes, são contrárias às características culturais destes povos. Isto faz com que, apesar dos povos indígenas terem reconhecidos conhecimentos para a salvaguarda da biodiversidade, a marginalização histórica, a falta de reconhecimento de seus direitos territoriais e a ausência de mecanismos efetivos de consulta são empecilhos sistêmicos a sua participação efetiva na construção de tais políticas (Cruz, 2015).

As análises específicas sobre os acordos e documentos oficiais derivados das próprias Conferências a respeito dos povos originários não chegam a conclusões diferentes. Destacam-se aparições e citações graduais, crescentes, porém tímidas e por vezes genéricas. Prova disso é a tardia consolidação de uma plataforma que garanta a participação efetiva e de forma deliberativa destes povos nos espaços oficiais da Conferência, o que se deu apenas na Polônia, 24 anos após seu início.

Desta forma, a análise das participações e referências aos povos originários, dentro e fora do Brasil, ao longo do percurso traçado durante as 29 Conferências do Clima, evidencia que os povos indígenas se localizam, para os poderes Executivo e Legislativo brasileiros, em uma dimensão secundária, raramente citados explicitamente, e quando referenciados aparecem em relação de compensação ou comprovação de metas ambientais a serem atingidas internacionalmente.

Destaca-se que mesmo frente a este silenciamento oficial das autoridades nacionais e dos atores climáticos globais, dentro dos documentos oficiais das Conferências os indígenas lograram um crescente e paulatino reconhecimento e visibilidade. Se este progresso não foi impulsionado pela posição oficial do aparato

estatal ou pela conjuntura dos atores globais, devemos observar que tais conquistas são frutos das estratégias autônomas do próprio movimento indígena.

4 OS CAMINHOS AUTÔNOMOS DO MOVIMENTO INDÍGENA EM DIREÇÃO AO SEU RECONHECIMENTO NAS CONFERÊNCIAS DO CLIMA DA ONU

A pesar de os povos indígenas marcarem sua presença e posição desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente no Rio de Janeiro (ECO-92), sua efetiva participação se institucionalizou nas Conferências do Clima em 2000 (COP-6, Holanda) com o Primeiro Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudança Climática (IIFPCC) e, mais tarde, com a Plataforma de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (LCIPP), operacionalizada na COP-23 (2017, Alemanha).

Compreende-se a tardia e ainda insatisfatória permeabilidade dos povos originários aos espaços globais de deliberação sobre o clima justamente ao constatar-mos que estes espaços são consolidados a partir de uma lógica economicista sobre a Natureza, algo diametralmente oposto às perspectivas destes povos que clamam por uma mudança paradigmática de nossas formas de viver e consumir em sociedade (Mesquita, 2018; Santilli, 2005). Tais oposições de interesses fazem com que se produzam efetivas resistências à participação dos povos originários nos espaços deliberativos sobre o clima, tornando-se o próprio Estado um dos agentes promotores destas barreiras. Cruz (2015) e Lima (2020).

Mesmo à revelia de grande parte dos posicionamentos oficiais do governo brasileiro, ou dos principais atores climáticos globais, os povos indígenas articularam-se e marcaram suas presenças e posições de forma autônoma e progressiva ao longo das Conferências do Clima. Santilli (2025) e Mesquita (2018) apontam que isto foi possível apoiando-se em redes não governamentais ligadas ao setor ambientalista que passaram a promover, a partir de 1980, a ideia de povos indígenas associadas a estas pautas.

É desta época que o campo socioambientalista se constitui no Brasil, aliando elementos relacionados à preservação ambiental com a defesa dos direitos. Tal perspectiva ganhou especial impulso ao longo do processo de redemocratização do Brasil e a promulgação dos novos paradigmas jurídicos que se fazem presentes na Constituição de 1988 dedicados ao meio ambiente, à cultura, aos povos indígenas e quilombolas e à função socioambiental da propriedade, interpretando-os de forma sistêmica e integrada (Santilli, 2025).

A consolidação democrática no país passou a dar à sociedade civil um amplo espaço de mobilização e articulação, que resultou em alianças políticas estratégicas entre o movimento social e ambientalista. Na Amazônia brasileira, a articulação entre povos indígenas e populações tradicionais, com o apoio de aliados nacionais e internacionais, levou ao surgimento da “Aliança dos Povos da Floresta”: um dos marcos do socioambientalismo (Santilli, 2005, p. 14).

A correlação entre povos indígenas e o meio ambiente seria, portanto, resultado de uma interpretação política originalmente não indígena da relação destes povos com os lugares que habitam, vista como uma

relação harmônica. Esta interpretação, cuja tradução é resumida na figura dos “Guardiões da Natureza”, é bastante genérica e romantizada, mas passou a ser utilizada tanto por indígenas quanto por seus apoiadores, pois auxilia a que alcancem proeminência política no mundo em crise climática (Ulloa, 2004, p. 33; Mesquita, 2018).

Os Estudos Culturais nos auxiliam a compreender esta dinâmica demonstrando que a presença dos povos originários nas esferas políticas globais sobre o clima produz um contraponto aos argumentos e às tendências de atores governamentais e corporativos e que este choque de culturas gera resistências de acesso e participação. Porém, sua presença constante e marcante não se deixa invisibilizar, ampliando sua articulação interna ao criarem redes de conexões globais entre diferentes povos e fortalecendo tais alianças externas com movimentos e organizações sociais. Estes povos evocam sua autoridade global sobre os temas relacionados ao clima, embasando-se em evidências ancestrais de convívio secular harmônico com a Natureza e, desta forma, adentram a alta cúpula de debate e deliberação (Silva & Carvalho, 2023, p. 269).

Esta aliança simbólica e discursiva com o movimento ambientalista é precedida, nas décadas de 1960 e 1970, pelo nascimento de importantes organizações indígenas reunindo diversas etnias em torno de pautas comuns. É neste escopo que a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), uma das mais abrangentes e atuantes do continente, foi fundada em 1984 no Peru (Lorscheitter, 2024).

Soma-se a esta proeminência regional da COICA a projeção internacional de Davi Kopenawa, xamã Yanomami, que, ao defender o direito de seu povo à terra, também fortalece a narrativa da “figura indígena conservacionista”. Para se comunicar com não indígenas de maneira que eles entendam seu ponto de vista, Kopenawa utiliza conceitos adaptados que permitem correspondências entre visões de mundo diferentes. Albert (1995) afirma nestes casos haver uma reelaboração cosmológica que articula categorias indígenas e não indígenas, nominada pelo autor por *etnicidade-adaptada* (Lorscheitter, 2024).

Foi por meio destas estratégias de aproximações discursivas que representantes indígenas participaram pela primeira vez de uma Conferência do Clima, em 1998 (COP-4) e no ano seguinte realizaram o primeiro Fórum Internacional Indígena sobre Mudanças Climáticas. O Fórum está entre as mais importantes articulações autônomas dos povos frente às Conferências; ele se organiza com representações das sete macrorregiões mundiais¹¹, realizando reuniões durante e entre as COPs, pautando os princípios estabelecidos na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Mesquita, 2018).

Este Fórum Internacional avança na institucionalização dos povos originários nas Conferências, implementando a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas, planejada a partir do Acordo de Paris. O objetivo desta plataforma é facilitar o intercâmbio de experiências relacionadas com a mitigação e adaptação climática entre os povos, almejando uma incidência

11 África, Ártico, Ásia, América do Norte, América Latina e Caribe, Pacífico e Rússia e Leste Europeu.

das comunidades na construção das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) de cada país (Mesquita, 2018; Lorscheitter, 2024).

A APIB, geralmente apoiada por organizações da sociedade civil, esteve envolvida diretamente na consolidação e atuação deste Fórum e desta Plataforma. A APIB foi fundada em 2005 com objetivo de fortalecer a articulação política dos povos indígenas brasileiros em defesa de seus direitos e na promoção de políticas públicas. A organização tem sido ativa em campanhas de mobilização, eventos de sensibilização, participação em negociações políticas, litígios judiciais e importante porta-voz dos povos originários brasileiros durante as Conferências do Clima (Lorscheitter, 2024).

Nos espaços das Conferências, em aliança com a COICA, percebe-se que a APIB tem orientado sua incidência sempre respaldada em seus princípios fundacionais, a saber: autonomia dos povos indígenas para decidir sobre seus próprios destinos; defesa e proteção dos territórios indígenas e suas demarcações; promoção e preservação das culturas, línguas e tradições; direito à autodeterminação; e promoção da justiça socioambiental (Lorscheitter, 2024).

Em 2023, a APIB declarou emergência climática no Brasil¹². A declaração ressalta a urgência de ações imediatas para combater as mudanças climáticas e proteger os territórios indígenas, que desempenham um papel crucial na conservação da biodiversidade.

12 Manifesto intitulado "Povos indígenas decretam emergência climática no ATL 2023 em Brasília". Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/04/26/povos-indigenas-decretam-emergencia-climatica-no-atl-2023-em-brasilia/#:~:text=O%20decreto%20de%20emerg%C3%Aancia%20clim%C3%A1tica,no%20combate%20%C3%A0%20crise%20clim%C3%A1tica>.

Recentemente, na Conferência de Dubai a delegação de indígenas brasileiros lançou a segunda edição da Campanha Emergência Indígena com o tema “Direitos não se negociam. Demarcação Já!” Junto com esta campanha, a APIB lançou um novo manifesto em defesa da vida e garantia dos direitos dos povos, entregue ao presidente Lula, ao mesmo tempo que criticou a entrada do Brasil na OPEP+ e os riscos da exploração de petróleo na foz do Amazonas (Lorscheitter, 2024).

Ainda na COP-28, fortemente impulsionada pelo movimento indígena nacional, diversas organizações brasileiras acordaram uma construção ampla e autônoma da agenda socioambiental rumo a COP-30, que será realizada na Amazônia. Desde 2023, o movimento indígena no Brasil vive um momento histórico ímpar, sendo efetivamente incorporado às estruturas formais do governo executivo nacional, ao mesmo tempo que enfrenta o congresso de legisladores mais conservadores das últimas décadas, com apoio de um dos setores de agronegócio mais poderosos do mundo (Lorscheitter, 2024).

Como podemos perceber, à revelia do posicionamento oficial do governo brasileiro ou dos principais atores climáticos globais, os povos indígenas articularam-se e marcaram suas presenças e posições de forma autônoma e progressiva ao longo das Conferências do Clima.

Aquilo que o movimento indígena brasileiro logrou avançar nos documentos oficiais das Conferências pelo Clima da ONU ao longo dos últimos 28 anos, praticamente sem apoio efetivo do governo nacional, consolidou-se por uma ímpar capacidade de estratégia e articulação do próprio movimento e seus aliados,

avanzando nos espaços globais de debate sem recorrer em seus elementos principiográficos (Lorscheitter, 2024).

Percebe-se a rejeição explícita do movimento sobre as principais estratégias construídas ao longo das Conferências, ao buscar mitigar os impactos das mudanças climáticas. Mercados de carbono, soluções baseadas na Natureza, economia verde e serviços ecossistêmicos, REDD+, entre outros, são denunciados como falsas soluções climáticas pelos povos indígenas, que seguem pautando a imprescindível relevância da demarcação de suas Terras e da implementação de processos participativos de justiça climática (Walters & Lyons, 2023; Lorscheitter, 2024).

Para avançar nos espaços institucionais, mesmo opondo-se explicitamente aos acordos que deles derivam, as articulações indígenas utilizam uma estratégia linguística e discursiva com capacidade de tradução e adaptabilidade de suas cosmovisões para dentro da racionalidade comumente trabalhada pelas Partes ao longo das Conferências, garantindo a transmissão de suas mensagens e demandas com a devida inteligibilidade. Percebemos isto de forma explícita quando analisamos as estratégias de utilização das linguagens e veículos virtuais por parte do movimento indígena, a fim de ampliar suas denúncias ao contexto internacional, como apontam os estudos de Marques Girão (2023).

Dentro dos Estudos Culturais, a mobilização de diversas etnias dos povos originários brasileiros para participarem de uma conferência em nível global, evidenciando a relevância de ocupar esses espaços com os seus corpos, vozes e pautas, deflagra os impactos

da globalização sobre as identidades culturais e “propõe que no lugar de conceber o local substituído pelo global, seria mais pertinente pensar em novas articulações entre o local e o global” (Silva & Carvalho, 2023, p. 269).

Tal perspectiva defende que o combate à mudança do clima é, antes de tudo, uma agenda de mudança de cultura. Neste sentido, cultura e poder se encontram nas tensões entre a conservação e as transformações sobre os modos de agir e produzir. Evidenciar esta tensão é importante para visibilizarmos as atuais formas de controle e regulação que operam sobre as culturas. Só é possível mudar a ordem vigente tendo a capacidade de moldar a cultura. A intrusão dos povos indígenas na cúpula das COPs deflagra a ausência de diversidade entre os atores que ali estão e coloca sobre a mesa as lógicas locais que resistem aos espectros da globalização. Assim sendo, tencionam de forma significativa a cultura hegemônica que opera nestes espaços (Silva & Carvalho, 2023).

O que podemos afirmar, a partir do exposto, que a soberania una e indivisível tem servido ao capital e a superexploração de territórios, sendo assim, o modelo de consumo, desenvolvimento e lucro seria extremamente afetado a partir da reivindicação de soberanias múltiplas e sobrepostas. Nesse sentido, grande parte do conflito entre povos indígenas e Estado advém da servidão estatal ao capitalismo e colonialismo, enraizando em suas políticas, ações que beneficiam o desenvolvimento em detrimento da vida e da terra. A máquina do Estado brasileiro tem atuado diretamente contra as organizações e os modos de vida das sociedades indígenas, buscando constantemente a assimilação e a integração das populações originárias com a sociedade

brasileira, pois, dessa maneira, podem negar os seus direitos originários e erradicar com as suas organizações políticas, sociais, culturais (Lorscheitter, 2024, p. 95).

Todos estes elementos demonstram efetivamente o significativo potencial autônomo de organização, incidência e resistência do movimento indígena brasileiro frente às questões referentes às mudanças climáticas e deflagram que a dita modernidade não consegue mais produzir as respostas para as próprias crises e borra as históricas margens entre incluídos e excluídos, pedindo auxílio aqueles outrora silenciados (Lorscheitter, 2024).

5 CONCLUSÕES

Com o referido estudo concluímos que gradualmente, desde o início das Conferências pelo Clima da ONU até hoje, o movimento indígena logrou uma paulatina visibilidade e representatividade, chegando, nas edições mais recentes, na consolidação de espaços formais de participação nos principais espaços de deliberação do evento.

Destacamos que estas conquistas não foram resultados de apoios do governo brasileiro ou dos principais líderes globais. A depender dos documentos oficiais das Conferências, ou mesmo dos pronunciamentos dos representantes do governo federal em suas edições, as referências aos povos originários são parcas, superficiais e por vezes tomadas de interesses secundários que não as suas reais reivindicações.

Sua presença de forma protagonista nas Conferências, portanto, está vinculada à capacidade autônoma de articulação do próprio movimento indígena, que

historicamente construiu alianças com segmentos do ambientalismo e aos direitos humanos a fim de expandir suas denúncias e demandas em nível internacional. Na construção destas estratégias, ressaltamos uma capacidade de tradução linguística de suas cosmogonias para construir pontes dialógicas com o mundo não indígena, assim como a apropriação positiva de ferramentas virtuais a fim de consolidar uma ampla rede mundial de povos e garantir visibilidade universal às suas reivindicações.

Também fica explícito como o movimento indígena brasileiro desempenha um papel de protagonismo nesta história por busca de reconhecimento, contribuindo de forma decisiva para a construção de redes, fóruns, plataformas e demais eventos que alçaram, dentro das Conferências, os povos originários de todo o mundo a uma condição de autoridade incontestável.

É relevante dizer que o movimento indígena logrou esta visibilidade e participação de forma autônoma sem trair seus princípios e mantendo posição crítica sobre as soluções climáticas produzidas nestes fóruns, na medida em que serviam mais aos interesses econômicos do que aos interesses dos povos ou da Natureza.

Por fim, se garantiram melhor visibilidade e participação, por sua vez, estando suas reivindicações de forma a afrontar diretamente os interesses de grandes corporações e de poderosos setores econômicos que constituem majoritariamente estes espaços globais de deliberação climática, as pautas e propostas indígenas mostram-se ainda enquanto desafios a serem alcançados.

REFERÊNCIAS

Albert, B. (1995). *O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza*. <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1849409/course/section/474081/pub405-2.pdf>

Alessi, G. (2019). Bolsonaro enfraquece Funai e joga sombra sobre futuro socioambiental do país. *El País*. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/28/politica/1546015511_662269.html

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. (2023). Pedido de parecer consultivo da República da Colômbia e da República do Chile à Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre emergência climática e direitos humanos. Costa Rica. <https://apiboficial.org/files/2023/12/Minuta-OC-Clim%-C3%A1tica.docx.pdf>

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. (2016). *Pretendida contribuição nacionalmente determinada para consecução do objetivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima*. Brasília, DF. <http://educaclima.mma.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/NDC-1.1-Brasil-21-set-2016-portugues.pdf>

Brasil. (2020). *Competências estaduais e municipais para criação e execução de políticas públicas sobre mudança do clima*. Brasília: SPIPA. https://epbr.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Estudo_SPIPA_Acordo_de_Paris_2020_09_10.pdf

Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (2023). *Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): 5ª fase (2023 a 2027)*. Brasília, DF: MMA. <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/combate-ao-desmatamento/amazonia-ppcdam-1/5a-fase-ppcdam.pdf>

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. (2024). *Fundo Clima: Projetos aprovados*. Brasília, DF. <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dfre/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima/projetos-fnmc-2011-a-2023-dados-abertos-dez-2023.pdf>

Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. (2021a). *Quarta Comunicação Nacional e Relatórios de Atualização Bienal do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima: Setor Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas*. Brasília, DF. https://www.mctic.gov.br/2020_12_22_4CN_v5_PORT_publicada.pdf

Brasil. Superintendência de Desenvolvimento e Produção. (2021b). *Boletim de Recursos e Reservas de Petróleo e Gás Natural*. Brasília, DF. https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos/arquivos-reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural/boletim_reservas_2021.pdf

Brasil. Presidência da República, Secretaria de Governo. (2022a). *Agenda Brasil + sustentável*. Brasília, DF. https://www.gov.br/pt-br/campanhas/brasil-na-cop/copy4_of_absptwe-bv2.pdf

Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (2022b). COP27 “Somos parte da solução”, diz ministro em discurso na Conferência do Clima. <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/somos-parte-da-solucao-diz-ministro-em-discurso-na-conferencia-do-clima>

Brasil de Fato. (2022). Presidente eleito defende nova governança global para enfrentar os desafios da fome e das mudanças climáticas. <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/16/lula-na-cop27-confirma-a-integra-do-discurso>

Business & Human Rights Resource Centre. (2022). Pessoas defensoras dos direitos humanos e empresas em 2022: Desafiando o poder corporativo para proteger nosso planeta. Inglaterra e País de Gales. <https://www.business-humanrights.org/pt/from-us/briefings/hrds-2022/human-rights-defenders-business-in-2022-people-challenging-corporate-power-to-protect-our-planet/>

Câmara, G., & Aguiar, A. P. D. (2018). A Política de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Brasileira: A Contribuição dos Povos Indígenas. In *Mudanças Climáticas e Povos Indígenas: Direitos e Desafios*. Brasília: Instituto Socioambiental.

Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 15(4), 679–684. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>



Conferência Nacional dos Municípios. (2024). Emergência climática: relatório 2024. https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202405_ET_MAMB_Emergen-cia_climatica_2024.pdf?_t=1716820898

Congresso Nacional. (2016). *Relatório de atividades – 2016*. Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Cruz, R. (2015). Povos indígenas e mudanças climáticas: o desafio da inclusão nas políticas públicas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 58(1), 64-80.

Fazeres, A. (2018). O avanço da COP24 foi indígena. *Operação Amazônia Nativa*. <https://amazonianativa.org.br/2018/12/15/o-avanco-da-cop24-foi-indigena/>

França, L. (2008). Análise de Conteúdo: Um Método para a Pesquisa em Comunicação. In *Comunicação, Mídia e Sociedade*. São Paulo: ECA/USP.

Gonçalves, V., Vecchia, V. D. & Godward, M. (2022). Debate sobre precificação de carbono no Brasil: Atores e posicionamentos. In *Finanças verdes no Brasil: Perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde* (pp. 111-142). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. https://www.researchgate.net/profile/Veronica-Goncalves-2/publication/360556696_Debate_Sobre_Precificacao_de_Carbono_no_Brasil_Atores_e_Posicionamentos/links/63d069ffe922c50e99bd4d15/Debate-Sobre-Precificacao-de-Carbono-no-Brasil-Atores-e-Posicionamentos.pdf

Instituto Ipê. (2012). *Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente - Amapá e Norte do Pará* 12(06). https://institutoiepe.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Boletim_externo_numero_12-2012.pdf

Instituto Lula. (2020). Discurso de Lula na COP-15. Disponível em: (1012) Discurso de Lula na COP-15 - YouTube acessado em: 12/12/2023.

Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc. COP19: Sociedade pede ao Itamaraty que não aceite REDD+ nas negociações sobre o clima. *Instituto Humanitas Unisinos – IHU*, 2013. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/noticias/525544-cop19-sociedade-pede-ao-itamaraty-que-nao-aceite-redd-nas-negociacoes-sobre-o-clima->. Acesso em: 23 jan. 2025.

Intergovernmental Panel on Climate Change. (2022). *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. https://ipcc.ch/report/ar6/wg3/downloads/report/IPCC_AR6_WGIII_FullReport.pdf

Lopes, A. C. C. G., & Albuquerque, A. A. de. (2023). Financiamento climático: eficácia institucional do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. *Revista de Administração Pública*, 57(3), e2022-0318. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220318>

Lorscheitter, B. (2024). Política Externa e Povos Indígenas: Estudo de Caso da atuação Internacional da Articulação dos Povos Indígenas Do Brasil (APIB). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino Americana.

Lucca, V. A. de. (2023). Relato de experiência em área indígena Yanomami: Ericó-DST. *BIS: Boletim do Instituto de Saúde*. São Paulo. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1358619>

Maldonado, J. (2018). Indigenous Rights and Climate Change: The Role of Indigenous Peoples in Climate Governance. *Environmental Politics*, 27(4), 611-630.

Marques Girão, I. N. (2023). Comunicar para “segurar o céu”: diálogos com jovens comunicadores indígenas cearenses sobre suas narrativas e experiências nas redes sociais. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, 21(47), 129-150. <https://doi.org/10.5212/RIF.v.21.i47.0007>

Mesquita, I. (2018). Fazer-se ouvir, fazer-se entender – Atuação política interétnica da COICA nas negociações sobre o clima com a proposta de REDD+ Indígena Amazônico. <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/10589/9303>

OLMA - Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida. (2023). *Síntese sobre conflitos socioambientais no Brasil 2016-2022*. Brasília, DF. <https://www.olma.org.br/sintese-sobre-conflitos-socioambientais-no-brasil-2016-2022>

ULLOA, Astrid (2004) La construcción del nativo ecológico. Complejidades, paradojas y dilemas de la relación entre los movimientos indígenas y el ambientalismo en Colombia. Bo-

gotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia. *Anthropía*, (10), 55–56. Recuperado a partir de <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/anthropia/article/view/11258>

ONU - Organização das Nações Unidas. (2009). Informe de la Conferencia de las Partes sobre su 15º período de sesiones, celebrado en Copenhague del 7 al 19 de diciembre de 2009. Copenhague. <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2009/cop15/spa/11a01s.pdf?download>

ONU - Organização das Nações Unidas. (2015). *Acordo de Paris. Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas*. França, Paris. <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-08/Acordo-de-Paris.pdf>

ONU - Organização das Nações Unidas. (2020). Informe de la Conferencia de las Partes: Lima call for climate action. Lima, Peru. https://unfccc.int/files/meetings/lima_dec_2014/application/pdf/auv_cop20_lima_call_for_climate_action.pdf

ONU - Organização das Nações Unidas. (2024). Plataforma das Comunidades Locais e dos Povos Indígenas. Acessado em 22 de julho de 2024. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/sbsta2024_L01S.pdf?download

ONU - Organização das Nações Unidas. (2023). COP28 começa com acordo histórico sobre Fundo de Perdas e Danos. *ONU News*. <https://news.un.org/pt/story/2023/11/1824147>

Pereira, A. A., & Ribeiro, M. M. (2016). O Papel dos Povos Indígenas na Gestão Ambiental e no Combate ao Desmatamento. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 59(2), 1-20.

Ribeiro, G., Botelho, M. L., et al. (2013). As Manifestações de Junho de 2013. *Continentes*, (3), 116-141. <https://revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/32>

Prasniewski, V. M., González-Daza, W., Alvarenga, G. do V., Santos-SILVA, L., Teixido, A. L., & Izzo, T. J. (2024). Economic, environmental and social threats of a mining exploration proposal on indigenous lands of Brazil. *Acta Amazonica*, 54(2), e54fo23192. <https://doi.org/10.1590/1809-4392202301922>

Santilli, J. (2005). *Socioambientalismo e novos direitos: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis; Instituto Internacional de Educação do Brasil.

Souza, F. P., Medeiros, H. Q., & Bigio, E. S. (2013). A participação de professores indígenas na implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) no Brasil. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, (36). <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/713>

Stevens, C., et al. (2022). *Securing Rights, Combating Climate Change*. Washington, DC. https://files.wri.org/d8/s3fs-public/securingrights_executive_summary.pdf

Silva, M. L. C. (2023). Discurso brasileiro nas COPs 18 à 26 e a relação com as políticas de mitigação às mudanças climáticas (Trabalho de conclusão de curso). Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia. https://bdm.unb.br/bitstream/10483/35911/1/2023_MariaLuizaCostaSilva_tcc.pdf

Silva, M. G. da, & Carvalho, M. E. P. de. (2023). Estudos Culturais, Crise Climática e Educação: apontamentos a partir do discurso de Txai Suruí na COP 26. *Fênix - Revista De História E Estudos Culturais*, 20(1), 259-277.

Talanoa. (2023). *NDC brasileira com metas corrigidas para 2025 e 2030* (Nota Técnica 4, Série “NDC brasileira”). Rio de Janeiro, Brasil. <https://www.institutotalanoa.org/diagramacao-serie-ndc-brasileira-4>

Viola, E. (2002). Brasil e o Protocolo de Kyoto. *Revista Eco 21, Ano XII*(66). https://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/brasil_e_o_protocolo_de_kyoto.html#:~:text=Nosso%20pa%C3%ADs%20manteve%20uma%20posi%C3%A7%C3%A3o,por%20parte%20dos%20pa%C3%ADses%20emergentes

Walters, K., & Lyons, K. (2023). As vozes ausentes dos pobres urbanos na pesquisa climática e na elaboração de políticas. In *Diálogos Socioambientais: Dimensões humanas das mudanças climáticas - um diálogo Austrália-Brasil* (Vol. 6, n.º 16). Universidade Federal do ABC. <https://revistas.ufabc.edu.br/dialogos-socioambientais/issue/view/71>

Winkel, J. (2013). COP19: Índios querem ser ouvidos. <https://outraspalavras.net/blog/cop19-voz-indigena-quer-ser-ouvida/>



WR Brasil. (2023). O que é o Balanço Global do Acordo de Paris e como pode impulsionar ação nos países. *WR Brasil*. <https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-que-e-o-balanco-global-do-acordo-de-paris-e-como-pode-impulsionar-acao-nos-paises>

Autores



Luiz Felipe Barboza Lacerda.

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Observatório Nacional de Justiça Socioambiental (OLMA), pós-doutorando da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz). Psicólogo (PUCRS, 2006); pós-graduado em Psicologia Transpessoal pela Associação Luso-brasileira de Transpessoal (ALUBRAT, 2007); especialista em Ecologia Integral pela Red Universitária para o Cuidado da Casa Comum e Universidad Católica de Santa Fé (Argentina, 2021); mestre (2009) e doutor em Ciências Sociais (2016) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal) e pós-doutorado em Justiça Socioambiental em contextos de Desastres e Emergências pela Fiocruz (2023). Docente da UNICAP e coordenador da Cátedra *Laudato Si'* de Ecologia Integral e Justiça Socioambiental. Pesquisador Colaborador do Grupo de Pesquisa: Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA – Universidade do Estado do Amazonas), pesquisador do grupo Transdisciplinaridade, Ecologia Integral e Justiça Socioambiental (UNISINOS) e secretário executivo do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida OLMA (2016). Membro especialista da Plataforma Harmonia com a Natureza – Organização das Nações Unidas (ONU, 2022). Dedicar-se aos estudos na área da psicologia social/comunitária, ecologia, sociologia e direitos da Natureza. Traçando percurso sobre o campo da economia solidária, dos processos sociais referentes ao trabalho e o associativismo, dedica-se a investigações, ao acompanhamento de comunidades indígenas e ribeirinhas, realizando consultoria para di-

ferentes órgãos de apoio e fomento em projetos sociais. Vincula-se aos temas de interesse que circunvizinham o debate sobre a promoção da Justiça Socioambiental no Brasil. Especializou-se em planejamento, captação de recursos, implementação e avaliação de projetos socioambientais nos diferentes biomas brasileiros, assim como a elaboração metodológica de pesquisas para melhor compreensão estes fenômenos.



Carlos Machado de Freitas. Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde da Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (1989), mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1996) e pós-doutor pelo Programa de Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo (2007-2008). Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde da Fiocruz; editor científico da Editora Fiocruz.



Kleber Henrique da Silva Xucuru. Membro da Produtora Ororubá Filmes, coletivo de jovens Xukuru comunicadores, que produz filmes desde 2009; atual presidente da Associação da Comunidade Indígena Xukuru do Ororubá (ACIX) e gerente de Proteção e Defesa Civil do Município de Pesqueira/PE. É discente do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) no curso de Licenciatura em Matemática. Por meio da Ororubá Filmes, desenvolve o trabalho de direção, roteiro, fotografia e produção audiovisual. É comunicador da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE), comunicador da Articulação dos Povos Indígenas do

Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Participou de oficinas de audiovisual através de projetos do FUNCULTURA. É pesquisador do projeto de pesquisa “Narrativas, memórias e diálogos interculturais: construindo uma rede audiovisual indígena do Nordeste como estratégia de agroecologia e promoção da saúde para o fortalecimento do SasiSUS nos territórios”, do Programa Inova – Encomendas Estratégicas Saúde Indígena da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Suliete Gervásio Monteiro Baré. Indígena do Póvoa Baré, do Rio Negro-AM, formada em Engenharia Florestal, é mestra em Direitos Humanos e doutoranda em Diretos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB). Atua com povos indígenas, com a temática de proteção territorial e fortalecimento da sociobioeconomia, além de pautar a justiça climática no âmbito dos povos indígenas.



Sineia Bezerra do Vale. Indígena Wapichana, é mestra em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais pela Universidade de Brasília (UnB). Há mais de 25 anos atua no Conselho Indígena de Roraima (CIR), conduzindo a formulação de instrumentos de gestão territorial, estudos e planos indígenas de adaptação às mudanças climáticas. É coordenadora do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC). Em 2022, recebeu o prêmio “Mulheres que fazem a diferença”, concedido pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e em 2024 foi reconhecida como “cientista indígena do Brasil” pelo *Planetary Guardians*. É organizadora e autora de *Amazad Pana’Adinham: percepção das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas na Região da Serra da Lua-RR* (2014).



CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 A teoria da justiça de John Rawls – José Nedel
- N. 02 O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo – Sonia Montañó
- N. 04 Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 O ruído de guerra e o silêncio de Deus – Manfred Zeuch
- N. 06 BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 Mundos televisivos e sentidos identitários na TV – Suzana Kilpp
- N. 08 Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada – Valério Cruz Brittos
- N. 10 Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz – Márcia Tiburi
- N. 12 A domesticação do exótico – Paula Caleffi
- N. 13 Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular – Edla Eggert
- N. 14 Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS – Gunter Axt
- N. 15 Medicina social: um instrumento para denúncia – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 Mudanças de significado da tatuagem contemporânea – Débora Krischke Leitão
- N. 17 As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade – Mário Maestri
- N. 18 Um itinerário do pensamento de Edgar Morin – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 Os donos do Poder, de Raymundo Faoro – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 Sobre técnica e humanismo – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 Construindo novos caminhos para a intervenção societária – Lucilda Selli
- N. 22 Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático – Valério Rohden
- N. 24 Imagens da exclusão no cinema nacional – Miriam Rossini
- N. 25 A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 O modo de objetivação jornalística – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 A cidade afetada pela cultura digital – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 Getúlio, romance ou biografia? – Juremir Machado da Silva
- N. 31 A crise e o êxodo da sociedade salarial – André Gorz
- N. 32 À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos – Marco Aurélio Santana
- N. 35 Adam Smith: filósofo e economista – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos

- N. 36 Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica – Airtton Luiz Jungblut
- N. 37 As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial – Luiz Mott
- N. 39 Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo – Gentil Corazza
- N. 40 Corpo e Agenda na Revista Feminina – Adriana Braga
- N. 41 A (anti)filosofia de Karl Marx – Leda Maria Paulani
- N. 42 Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa” – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo – Gérard Donnadieu
- N. 45 A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica – Lothar Schäfer
- N. 46 “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju – Ceres Karam Brum
- N. 47 O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter – Achyles Barcellos da Costa
- N. 48 Religião e elo social. O caso do cristianismo – Gérard Donnadieu
- N. 49 Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras – Evilázio Teixeira
- N. 51 Violências: O olhar da saúde coletiva – Élica Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 Ética e emoções morais – Thomas Kesselring
- N. 53 Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 Computação Quântica. Desafios para o Século XXI – Fernando Haas
- N. 54 Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil – An Vranckx
- N. 55 Terra habitável: o grande desafio para a humanidade – Gilberto Dupas
- N. 56 O decrescimento como condição de uma sociedade convivial – Serge Latouche
- N. 57 A natureza da natureza: auto-organização e caos – Günter Küppers
- N. 58 Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades – Hazel Henderson
- N. 59 Globalização – mas como? – Karen Gloy
- N. 60 A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida – Cesar Sanson
- N. 61 Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo – Regina Zilberman
- N. 62 Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo – Artur Cesar Isaia
- N. 65 Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical – Léa Freitas Perez
- N. 66 Adoeecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa – João Guilherme Barone
- N. 68 Contingência nas ciências físicas – Fernando Haas



- N. 69 A cosmologia de Newton – Ney Lemke
N. 70 Física Moderna e o paradoxo de Zenon – Fernando Haas
N. 71 O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
N. 72 Da religião e de juventude: modulações e articulações – Léa Freitas Perez
N. 73 Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa – Eduardo F. Coutinho
N. 74 Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho – Mário Maestri
N. 75 A Geologia Arqueológica na Unisinos – Carlos Henrique Nowatzki
N. 76 Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto – Ana Maria Lugão Rios
N. 77 Progresso: como mito ou ideologia – Gilberto Dupas
N. 78 Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda – Octavio A. C. Conceição
N. 79 Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul – Moacyr Flores
N. 80 Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território – Arno Alvarez Kern
N. 81 Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula – Gláucia de Souza
N. 82 Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão – Marco Aurélio Santana
N. 83 Dimensões normativas da Bioética – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
N. 84 A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza – Attico Chassot
N. 85 Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo – Patrícia Almeida Ashley
N. 86 Autonomia na pós-modernidade: um delírio? – Mario Fleig
N. 87 Gauchismo, tradição e Tradicionalismo – Maria Eunice Maciel
N. 88 A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz – Marcelo Perine
N. 89 Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade – Laurício Neumann
N. 90 Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida – Maria Cristina Bohn Martins
N. 91 Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo – Franklin Leopoldo e Silva
N. 92 Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática – Daiane Martins Bocasanta
N. 93 A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro – Carlos Alberto Steil
N. 94 Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos – Cesar Sanson
N. 95 De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência – Peter A. Schulz
N. 96 Vianna Moog como intérprete do Brasil – Enildo de Moura Carvalho
N. 97 A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica – Marinês Andrea Kunz
N. 98 Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões – Susana Maria Rocca Larrosa
N. 99 Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house – Vanessa Andrade Pereira
N. 100 Autonomia do sujeito moral em Kant – Valerio Rohden
N. 101 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1 – Roberto Camps Moraes
N. 102 Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência – Adriano Premebida
N. 103 ECODE – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso – Eliane Schlemmer



- N. 104 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2 – Roberto Camps Moraes
- N. 105 Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Paula Corrêa Henning
- N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático? – Telmo Adams
- N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 Formação e trabalho em narrativas – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda – Denis Gerson Simões
- N. 113 Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro – Sonia Montaña
- N. 115 Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 Humanizar o humano – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 Colonizando e descolonizando mentes – Marcelo Dascal
- N. 119 A espiritualidade como fator de proteção na adolescência – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 A dimensão coletiva da liderança – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos – Eduardo R. Cruz
- N. 122 Direito das minorias e Direito à diferenciação – José Rogério Lopes
- N. 123 Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios – Wilson Engelmänn
- N. 124 Desejo e violência – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 As nanotecnologias no ensino – Solange Binotto Fagan
- N. 126 Câmara Casculo: um historiador católico – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável – Paulo Roberto Martins
- N. 131 A *philia* como critério de inteligibilidade da mediação comunitária – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 Linguagem, singularidade e atividade de trabalho – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann – Leonardo Grison
- N. 134 Motores Biomoleculares – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 As redes e a construção de espaços sociais na digitalização – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis – Maria Cristina Bohn Martins



- N. 139 Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades – Marise Borba da Silva
- N. 140 Platão e os Guarani – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 Direitos humanos na mídia brasileira – Diego Airoso da Motta
- N. 142 Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio – Greyce Vargas
- N. 143 Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 Inclusão e Biopolítica – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente – Bianca Sordi Stock
- N. 146 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD – Camila Moreno
- N. 147 O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais – Caetano Sordi
- N. 148 Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS – Fernanda Schutz
- N. 149 Cidadania, autonomia e renda básica – Josué Pereira da Silva
- N. 150 Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética – José Rogério Lopes
- N. 151 As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois” – Claudia Wasserman
- N. 153 Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate – Stefano Zamagni
- N. 154 Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ýikue no município de Caarapó-MS – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica – Stefano Zamagni
- N. 156 Intermittências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento – Stefano Zamagni
- N. 158 “Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 A ética católica e o espírito do capitalismo – Stefano Zamagni
- N. 160 O Slow Food e novos princípios para o mercado – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 O pensamento ético de Henri Bergson: sobre as duas fontes da moral e da religião – André Brayner de Farias
- N. 162 O modus operandi das políticas econômicas keynesianas – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas – André Luiz da Silva
- N. 164 Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich? – Serge Latouche
- N. 165 Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 Convivialidade e decrescimento – Serge Latouche
- N. 167 O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 O decrescimento e o sagrado – Serge Latouche
- N. 169 A busca de um ethos planetário – Leonardo Boff
- N. 170 O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo – Marco Antonio de Abreu Scapini



- N. 171 Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes – Gerson Egas Severo
- N. 172 Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais – Bruno Pucci
- N. 173 Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral – João Roberto Barros II
- N. 174 Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas – Marcelo Fabri
- N. 175 Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 Um caminho de educação para a paz segundo Locke – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzados – Lenio Luiz Streck
- N. 179 Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro – José Rogério Lopes
- N. 183 A Europa e a ideia de uma economia civil – Stefano Zamagni
- N. 184 Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”) – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade – Stefano Zamagni
- N. 186 A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção – Luis David Castiel
- N. 189 Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero – Marlene Tamanini
- N. 190 Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito – Claudia Fonseca
- N. 191 #VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 A ciência em ação de Bruno Latour – Leticia de Luna Freire
- N. 193 Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás
- N. 197 Brasil: verso e reverso constitucional – Fábio Konder Comparato
- N. 198 Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari



- N. 200 Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética – Jordi Maiso
- N. 202 Fim da Política, do Estado e da cidadania? – Roberto Romano
- N. 203 Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania – Maria da Glória Gohn
- N. 204 As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual – Karla Saraiva
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em Ellul – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D'Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Odelso Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesús Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor) – Martín Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesús Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters

- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialética da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirceu Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andrea Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo – Dora Lilia Marín-Díaz
- N. 248 Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLA-CIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Vigida: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moysés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellezza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza

- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo – Acauam Oliveira
- N. 275 Tendências econômicas do mundo contemporâneo – Alessandra Smerilli
- N. 276 Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord – Atilio Machado Peppe
- N. 277 O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social – José Roque Junges
- N. 278 Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 O mal-estar na cultura medicamentalizada – Luis David Castiel
- N. 280 Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia – Alain Gignac
- N. 281 A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual – Mário José Maestri Filho
- N. 282 A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo – Angela Ganem
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 Renda básica em tempos difíceis – Josué Pereira da Silva
- N. 285 Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk – Itamar Soares Veiga
- N. 288 Para arejar a cúpula do judiciário – Fábio Konder Comparato
- N. 289 A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 A Universidade em busca de um novo tempo – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras – Aloir Pacini
- N. 293 Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî – Faustino Teixeira
- N. 295 Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 Escatologias tecnopolíticas contemporâneas – Ednei Genaro
- N. 298 Narrativa de uma Travessia – Faustino Teixeira
- N. 299 Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução cientificista na análise econômica– Armando de Melo Lisboa



- N. 301 Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas - Renata Tomaz
- N. 303 A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 Ártico, o canário da mina para o aquecimento global - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa - Aline Weschenfelder
- N. 306 Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas - Rosana Batista Almeida
- N. 307 História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica - Faustino Teixeira
- N. 312 O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio - Paulo Abe
- N. 313 Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro - José Dalvo Santiago da Cruz
- N. 314 Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura - Alexandre Alves
- N. 316 "Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno - Nicole Soares Pinto
- N. 317 A chacinagem dos chiquitanos - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios - Matteo Raschiatti
- N. 319 Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados - Alenice Baeta
- N. 320 Pindó Poty é Guarani! - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da humanização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk - Rodrigo Petronio
- N. 322 A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 O trabalho humano no magistério do Papa Francisco - André Langer
- N. 325 Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller
- N. 326 Técnica e Ética no contexto atual - Oswaldo Giacoia Junior
- N. 327 O amor ao próximo como categoria ética em Simone Weil - Ana Lúcia Guterres Dias
- N. 328 Uma abordagem da filosofia de Miki Kiyoshi - Fernando Wirtz
- N. 329 Yuval Noah Harari: pensador das eras humanas - Rodrigo Petronio
- N. 330 O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê - José Angel Quintero Weir
- N. 331 A indecente hermenêutica bíblica de Clarice Lispector - João Melo e Silva Junior
- N. 332 Juventudes e as "novas" expressões da participação política - Flávio Munhoz Sofiati



- N. 333 A virosfera: aprendendo a viver com o desconhecido - Eben Kirksey
- N. 334 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume I - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 335 O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstruosidade - Adriano Messias
- N. 336 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume II - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 337 O Direito e o Averso - Fábio Konder Comparato
- N. 338 Sobre o mecanismo do terrorismo político-fascista: a violência estocástica da serpente do fascismo - Rudá Ricci e Luís Carlos Petry
- N. 339 MESOCENO. A Era dos Meios e o Antropoceno - Rodrigo Petronio
- N. 340 Religião, Direito e o Redobramento de Ideias - Colby Dickinson
- N. 341 Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos - Marina Regitz Montenegro
- N. 342 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume III - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 343 Raça, etnia, negro, preto ou gênero humano? Conceitos, leitura de mundo e reflexo nas formas de pensar, ser e interagir - Iael de Souza
- N. 344 Daqui deste planeta: (t/T)erra deíctica e sazonalidade cosmopolítica - Hilan Bensusan
- N. 345 Mundo Invisível: a teia vital sob os nossos pés - Faustino Teixeira (org.)
- N. 346 O controle do lazer na sociedade de consumo: reflexões à luz da teoria crítica - Valquíria Padilha e Jean Henrique Costa
- N. 347 João Saldanha: um comunista na seleção brasileira de futebol durante o governo militar. Da ditadura à redemocratização. Futebol na sociedade como fator democrático (1966-1990) - Marcelo de Azevedo Zanotti
- N. 348 Depois da Inteligência Artificial - Cosimo Accoto, Massimo Di Felice e Eliane Schlemmer
- N. 349 Basta de fósseis - Dominic Boyer
- N. 350 Capitalismo e saúde mental: causa social, sofrimento privatizado - Iael de Souza, Evaldo Piolli e José Roberto Montes Heloani
- N. 351 A transição dos combustíveis fósseis, a crise energética na Europa e a guerra na Ucrânia - Simon Pirani
- N. 352 Guerra russa na Ucrânia. Terrorismo energético, ciberguerra e atmoterrorismo - Svitlana Matviyenko
- N. 353 Pequena história futura das enchentes do rio Cai - Caio F. Flores-Coelho
- N. 354 Por uma agricultura sustentável no Brasil - M. Madeleine Hutrya de Paula Lima
- N. 355 A máquina com um rosto humano: da inteligência artificial à sciência artificial - Sylvain Lavelle
- N. 356 Filmes em Perspectiva - Faustino Teixeira
- N. 357 Varsóvia e Gaza: dois guetos e o mesmo nazismo - Luiz Cláudio Cunha
- N. 358 Tecnofisiologia e ontologia híbrida: novas interações entre máquinas e corpo humano - Roberto Marchesini
- N. 359 Teoria dos Quatro Cosmogramas - Moysés Pinto Neto
- N. 360 Capitalismo e cismogênese - Sven Lütticken
- N. 361 Revolução informacional e a nova classe trabalhadora - Marcio Pochmann
- N. 362 O ancião missionário e os anciãos Bôe-Bororo: autobiografia indígena, identidade narrativa e apropriação religiosa recíproca - Elair Inácio de Oliveira e Aloir Pacini
- N. 363 A construção política da Economia de Francisco e Clara no Brasil - Eduardo Brasileiro
- N. 364 Um olhar retrospectivo - Hans Jonas
- N. 365 Constitucionalismo Intersistêmico e o Direito das Minorias: a proteção dos povos indígenas na sociedade global - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 366 Novos dilemas da IA: a inteligência quer se expandir e o organismo quer perdurar. Por que e como a IA generativa pensa e raciocina - Lucia Santaella



- N. 367 Paul Ricoeur e a historiografia: primeiros diálogos em *História e Verdade* (1955) - Bruno dos Santos Nascimento
- N. 368 Tutela climática dos povos indígenas no Rio Grande do Sul e a proteção dos territórios ancestrais: direito ao futuro e à dimensão ecológica da dignidade humana - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 369 Autonomia: os povos estão transitando por um novo caminho emancipatório - Raúl Zibechi
- N. 370 IA e a experiência da pobreza - Levi Checketts
- N. 371 O pluralismo jurídico e os sistemas jurídicos indígenas - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 372 Proposta de definição das juventudes: diversidades e protagonismos políticos - Olivia Cristina Perez
- N. 373 Neomercantilismo de crise e as guerras de desordenamento global - Daniel Feldmann
- N. 374 Putin, Trump, Netanyahu: o mundo à beira de uma guerra total? - Silvia Ferabolli
- N. 375 Peter Singer e os 50 anos do livro *Libertação Animal* - Daan Stoop
- N. 376 Uma reflexão ético-político-filosófica da alteridade negada no cárcere - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 377 Juventudes e experiências religiosas - Claudio de Oliveira Ribeiro e Rosemary Fernandes
- N. 378 Vida nos trilhos: corpos sobreviventes e a resistência que brota da periferia brasileira - Paulo Ricardo Barbosa de Lima
- N. 379 Os Estados Unidos de Trump, modelo da distopia contemporânea - Luiz Marques
- N. 380 Dinamismo, mobilidade e juventudes - Rosemary Fernandes da Costa
- N. 381 Realidades virtuais, danos aumentados, impactos reais - Elisa García Mingo e Jacinto G. Lorca

 UNISINOS